

# **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**ANTONIO ALVES DA SILVA**, Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Parapuã, aprovou e ele sanciona e promulga em redação final a seguinte Lei:-

## **INSTITUI O PLANO DE CARREIRA E DE REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

##### **SEÇÃO I**

##### **DO PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO E SEUS OBJETIVOS**

**Artigo 1º** - Esta Lei, nominada Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério Público Municipal, estrutura e organiza o Magistério Público de Educação Básica, nos termos da Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

**Parágrafo único** - Constitui objetivo do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público de Parapuã a valorização dos seus profissionais, de acordo com as necessidades e diretrizes da Rede Municipal de Ensino.

# **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Artigo 2º** - Para efeitos do Plano de Carreira e Remuneração, integram a carreira do Magistério Público os profissionais de:

- I** – ensino que exercem atividades de docência nas unidades escolares municipais;
- II** – educação que oferecem suporte pedagógico direto às atividades de ensino, incluídas as de ministrar, planejar, orientar e administrar a educação básica.

## **SEÇÃO II**

### **DOS CONCEITOS BÁSICOS**

**Artigo 3º** - Para efeito desta Lei, considera-se:

- I** – Cargo ou Função do Magistério: conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao profissional do Magistério;
- II** - Cargo de Provimento em Comissão: cargo preenchido por ocupante transitório, da confiança da autoridade nomeante;
- III** – Classe: conjunto de cargos e ou funções da mesma denominação;
- IV** – Nível: subdivisão dos cargos e funções existentes na classe, escalonadas de acordo com a titulação;
- V** – Carreira do Magistério: conjunto de classes da mesma natureza de trabalho, escalonados segundo o nível de complexidade e o grau de responsabilidade;
- VI** – Quadro do Magistério: conjunto de carreira e cargos ou funções isoladas, privativos do Departamento Municipal de Educação e Cultura de Parapuã.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PARAPUÃ**

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Artigo 4º** - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, visa o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Artigo 5º** - O ensino será orientado pelos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;
- IV – coexistência de instruções públicas e particularidades de ensino;
- V – gratuidade do ensino em estabelecimentos públicos municipais;
- VI – valorização do profissional da educação e da experiência escolar;
- VII – gestão democrática do ensino público, nos termos da legislação vigente;
- VIII – garantia de padrão de qualidade;
- IX – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

### **CAPÍTULO III**

### **DO QUADRO DO MAGISTÉRIO**

#### **SEÇÃO I**

#### **DA COMPOSIÇÃO**

**Artigo 6º** - O quadro do Magistério Público Municipal de Parapuã será constituído de 02(dois) subquadros, especificados em:

- I – cargos ou empregos públicos (SQC);

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

II – funções docentes ou empregos de caráter temporário (SQF);

§ 1º- O subquadro referido no inciso I, compreende cargos ou empregos de provimento:

I – efetivo, que comportam substituição, destinados a classe de docentes, a saber:

- a) Professor de Educação Infantil;
- b) Professor de Ensino Especial;
- c) Professor de Ensino Fundamental;

II – em comissão, como função, que comportam substituição, destinados à profissionais de educação de suporte pedagógico, a saber:

- a) Diretor do Departamento Municipal de Educação e Cultura;
- b) Diretor de Escola;
- c) Prof. Coordenador do Ensino Fundamental;
- d) Prof. Coordenador de Educação Infantil.

§ 2º - O subquadro a que se refere o inciso II, é constituído de funções de atividades docentes e de profissionais de educação de suporte pedagógico.

**Artigo 7º** - Além das classes previstas no artigo anterior, poderá haver, nas unidades escolares, posto de trabalho de Professor coordenador, Professor de recuperação e de reforço e as funções de Vice-diretor de escola, na forma a ser estabelecida em regulamento:

§ 1º - Pelo exercício de Professor Coordenador e função de Vice-diretor, o docente receberá vencimento ou salário na Escala de Vencimentos-faixa II – Classes Docentes EVII-CD, em nível imediatamente superior ao que faz jus, a título de gratificação sem exceder o último nível da classe;

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

§ 2º - Pelo exercício de Professor de Recuperação e Reforço, o docente receberá vencimentos ou salários da Escala de Vencimentos-faixa I – Classes Docentes EVI – CD, em nível inicial da classe;

§ 3º - Para as designações previstas no parágrafo 1º do “caput”, o docente deverá ter 03 (três) anos de experiência no Magistério público e as exigências legais estabelecidas no artigo 18, inciso IV.

### **SEÇÃO II**

#### **DO CAMPO DE ATUAÇÃO**

**Artigo 8º** - Os integrantes da classe de docentes atuarão na:

**I** – Educação Infantil ( na educação infantil de 0 a 6 anos);

**II** – Ensino Fundamental ( no Ensino Fundamental, na Educação Especial e na Suplência I).

**Parágrafo único** - O professor de Educação Infantil poderá, desde que habilitado, ministrar aulas como professor de Ensino Fundamental observado o disposto no artigo 41 desta Lei.

**Artigo 9º** - Os ocupantes da classe de suporte pedagógico atuarão conforme suas respectivas habilitações, nos diferentes níveis e modalidades de ensino que integram a rede municipal de ensino.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO PROVIMENTO DE CARGOS**

##### **SEÇÃO I**

##### **DOS REQUISITOS**

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Artigo 10** – Os requisitos para o provimento dos cargos da série de classes de docentes e da classe de suporte pedagógico ficam estabelecidos em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante desta Lei.

**Artigo 11** – O provimento de cargos ou empregos da classe de docentes e de profissionais de educação de suporte pedagógico, se dará na forma de nomeação ou acesso.

§ 1º - A nomeação prevista neste artigo será realizada em:

I – caráter efetivo, para os cargos da série de classe de docentes da carreira do Magistério, mediante concurso de provas e títulos;

II – comissão, para as funções destinadas aos profissionais de educação que oferecem suporte pedagógico.

§ 2º - O acesso se destinará ao provimento de cargos ou empregos da série de classe de docentes do ensino fundamental e processar-se-á mediante concurso de provas e títulos.

**Artigo 12** – O provimento de cargos em comissão, como função, destinados aos profissionais de educação de suporte pedagógico, é de livre nomeação, obedecidas as exigências legais estabelecidas no artigo 18, inciso IV, alíneas a, b, c e artigo 25.

**Artigo 13** – Após o provimento do cargo, o docente será submetido a estágio probatório de 02(dois) anos, onde seu exercício profissional será avaliado para apuração da conveniência de sua permanência no serviço municipal, conforme os atos que o regulamentarem.

§ 1º - Durante o cumprimento do estágio probatório o ocupante do quadro do magistério poderá ser exonerado no interesse do serviço público, após avaliação de sua aptidão e capacidade, observando-se:

I – Assiduidade;

II – Eficiência (competência técnica, aperfeiçoamento e capacitação);

III – Produtividade (avaliação);

# **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

## **IV – Responsabilidade.**

§ 2º - Contrariando qualquer das hipóteses previstas no parágrafo anterior, o superior imediato, conselho de escola, conselho de classe/série, respeitando o direito de defesa, representará a autoridade competente, cabendo a esta dar vista do processo ao interessado para que este possa apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias a partir da notificação.

## **SEÇÃO II**

### **DOS CONCURSOS PÚBLICOS**

**Artigo 14** – O provimento dos cargos ou empregos da classe de docentes da carreira do Magistério far-se-á através de concurso público de títulos e provas.

**Artigo 15** – A validade do concurso público será de 02 (dois) anos, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

**Artigo 16** – Os concursos públicos de que se trata o artigo 14, desta Lei, serão realizados pelo Dep. Mun. de Ed. e Cultura do Município de Parapuã, e reger-se-ão por instruções especiais, contidas nos editais de concursos públicos da Pref. Municipal.

**Artigo 17** – Os docentes que solicitarem exoneração de seus cargos, poderão participar de novos concursos, desde que respeitadas as exigências legais e aquelas impostas ao certame.

**Parágrafo único** – Os docentes dispensados “a bem do serviço público”, ficarão impedidos de nova participação no concurso público e conseqüente admissão, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos.

## **SEÇÃO III**

### **DA QUALIFICAÇÃO PARA PROVIMENTO DE CARGOS**

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Artigo 18** – O provimento de cargos ou empregos da classe de docentes exige como qualificação mínima:

**I** – Ensino Médio, na Habilitação Específica para o Magistério, para a docência da Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental ou Licenciatura Plena em Pedagogia, com Habilitação Específica;

**II** – Curso de Licenciatura Plena, com habilitação em Educação Especial, ou, em sua falta, Licenciatura Plena em Pedagogia, ou Curso de Especialização de no mínimo 180 (cento e oitenta) horas em Educação Especial, para a docência em Educação Especial;

**III** – Curso Superior, Licenciatura de graduação Plena, com habilitação específica em área própria ou formação superior correspondente e complementação nos termos da legislação vigente, para a docência de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental;

**IV** – Licenciatura Plena em Pedagogia com respectiva habilitação ou Pós-Graduação em Educação, nos termos do Artigo 64 da Lei Federal 9394, de 20 de dezembro de 1.996, e possuir no mínimo:

**a)** 03 (três) anos de experiência docente no magistério público estadual e ou municipal para a função de Professor coordenador;

**b)** 05 (cinco) anos de experiência no Sistema do Ensino Público para função de Diretor de Escola;

**c)** 10 (dez) anos de experiência no Magistério Público municipal e ou estadual, para a função de Diretor Municipal de Educação.

**Artigo 19** – Para os cargos e ou funções com exigência de qualificação em nível superior, serão considerados tão somente os cursos realizados em instituições de ensino superior, credenciadas pelo MEC.

## **CAPÍTULO V**

### **DA ADMISSÃO ÀS FUNÇÕES DOCENTES**

#### **SEÇÃO I**

#### **DO PREENCHIMENTO**



# **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Artigo 20** – O preenchimento de funções de classe de docentes far-se-á mediante admissão:

**I** – para reger classe, bem como para ministrar aulas cujo número reduzido não justifique o provimento de cargo;

**II** – para reger classes, bem como ministrar aulas atribuídas a ocupantes de cargos ou funções, com afastamentos estabelecidos pela legislação vigente, em caráter de substituição;

**III** – para reger classes, bem como ministrar aulas provenientes de cargos vagos ou que ainda não tenham sido criados.

## **SEÇÃO II**

### **DOS REQUISITOS**

**Artigo 21** – Os requisitos para o preenchimento das funções-atividades da série de classes de docentes e classes de suporte pedagógico serão os mesmos fixados no Anexo I, desta lei, para provimento dos cargos de Professor de Educação Infantil e Professor do Ensino fundamental.

## **SEÇÃO III**

### **DO PROCESSO DE ADMISSÃO**

**Artigo 22** – O preenchimento de funções-atividades da classe de docentes e da classe de suporte pedagógico far-se-á mediante portaria de admissão.

**Parágrafo único** – A admissão será precedida de processo seletivo de tempo de serviço e títulos e observada a ordem de preferência estabelecida em escala de classificação elaborada pelo DEC. ( Departamento de Educação e Cultura).

**Artigo 23** – A qualificação mínima para o preenchimento das funções da classe de docentes do Quadro do Magistério (SQF), obedecerá as qualificações fixadas no artigo 18 desta Lei.

# **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

## **SEÇÃO IV**

### **DA DESIGNAÇÃO PARA O POSTO DE TRABALHO**

**Artigo 24** – A designação para a função de Vice-Diretor, com validade para 01 (um) ano sempre prorrogável, será indicada pelo Diretor da Unidade Escolar e aprovada pelo Conselho de Escola, a qualquer época do ano escolar, recaindo de preferência entre os ocupantes de cargo docente.

**Parágrafo único** – Haverá posto de trabalho de Vice-Diretor naquelas unidades escolares que tenham no mínimo 18 (dezoito) classes ou funcionem em 03 (três) períodos diários.

**Artigo 25** – A designação para a função de Professor Coordenador, com validade por (um) ano, poderá ser prorrogável, e precedida de processo seletivo entre os docentes da unidade escolar e na falta deste em âmbito municipal, de preferência entre os ocupantes de cargo docente, cujas instruções serão estabelecidas em edital publicado pelo DEC.

**Artigo 26** – Para as designações previstas nos artigos desta seção, o docente deverá atender o estabelecido no inciso IV do Artigo 18, desta Lei.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA JORNADA DE TRABALHO**

#### **SEÇÃO I**

#### **DA CONSTITUIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DOCENTE (JTD)**

**Artigo 27** – Os ocupantes de cargo docente, para desempenhar as atividades previstas no artigo 2º desta lei, ficam sujeitos às jornadas de trabalho, a saber:

- I** – jornada integral de trabalho docente;
- II** – jornada parcial de trabalho docente.

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Artigo 28** – A jornada semanal de trabalho do docente é constituída de horas em atividades com alunos, de horas de trabalho pedagógico na escola e de horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha pelo docente, a saber:

**I** – Jornada integral de Trabalho Docente, composta por;

- a)** 25 (vinte e cinco) horas em atividades com alunos,
- b)** 05 (cinco) horas de trabalho pedagógico, das quais 02 (duas) na escola, em atividades coletivas, e 03 (três) em local de livre escolha pelo docente,

**II** – Jornada parcial de Trabalho Docente, composta por;

- a)** 20 (vinte) horas em atividades com alunos,
- b)** 05 (cinco) horas de trabalho pedagógico, das quais 02 (duas) na escola, em atividades coletivas e 03 (três) em local de livre escolha pelo docente.

**Artigo 29** – Aplica-se aos docentes:

**I** – Jornada integral, aos que atuam no ensino fundamental regular e educação especial;

**II** – Jornada parcial aos que atuam na educação infantil e ensino supletivo I.

**Artigo 30** – As jornadas de trabalho previstas nesta lei não se aplicam aos ocupantes de função-atividade, que deverão ser retribuídos conforme a carga horária que efetivamente vierem a cumprir.

**Artigo 31** – Entende-se por carga horária o conjunto de horas em atividades com alunos, horas de trabalho pedagógico na escola e horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha pelo docente:

**Parágrafo único** – Quando o conjunto de horas em atividades com alunos for diferente do previsto no artigo 28 desta lei, a esse conjunto corresponderão horas de trabalho pedagógico na escola e horas de trabalho

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

pedagógico em local de livre escolha pelo docente, na forma indicada no Anexo II desta lei.

**Artigo 32** – Ocorrendo redução de classes e/ou aulas em virtude de alteração da organização curricular ou diminuição do número de classes, o docente ocupante de função-atividade será dispensado e o docente ocupante de cargo deverá completar na mesma ou em outras unidades escolares do município, a jornada a que estiver sujeito, mediante exercício da docência de habilitação própria do cargo ou de disciplinas afins para as quais estiver legalmente habilitado, e observadas as seguintes regras de preferência.

**I** – Quanto à unidade escolar, em primeiro lugar aquela em que se encontra;

**II** – Quanto à classe ou disciplina, em primeiro lugar a que lhe é própria;

**Parágrafo único** – Verificada a impossibilidade de se completar a jornada nos termos deste artigo, o docente ministrará classes e/ou aulas de outras disciplinas para as quais estiver habilitado.

**Artigo 33** – Para fins de acúmulo de cargos ou funções na própria Rede Municipal de Ensino, de acordo com as normas constitucionais, os docentes poderão declinar das horas atividade, ficando sujeitos a uma jornada de trabalho de 40( quarenta ) horas permitida pela Lei nº 9394/96.

### **SEÇÃO II**

#### **DA INCORPORAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DOCENTE PARA FINS DE APOSENTADORIA**

**Artigo 34** – O docente titular de cargo, em jornada integral de Trabalho Docente ou em jornada parcial de Trabalho Docente, ao passar à inatividade, terá seus proventos calculados conforme vencimentos de pelo mínimo dos últimos dos 60 (sessenta) meses imediatamente anteriores a aposentadoria:

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

§ 1º - O docente terá direito de incorporação da carga suplementar de trabalho na conformidade de 1/60 avos, para cada mês de trabalho, calculados nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores a aposentadoria;

§ 2º - Os cálculos para aposentadoria são feitos no nível que se encontra o docente, na forma indicada no Anexo III desta lei.

**Artigo 35** – O docente ocupante de função atividade, ao passar à inatividade, terá seus proventos calculados na conformidade de 1/60 avos para cada mês de trabalho, calculados nos últimos 60 (sessenta) meses anterior a aposentadoria conforme carga horária de trabalho docente.

### **SEÇÃO III**

#### **JORNADA DE TRABALHO DA CLASSE DE SUPORTE PEDAGÓGICO E INCORPORAÇÃO PARA FINS DE APOSENTADORIA.**

**Artigo 36** – A classe de suporte pedagógico fica sujeito a jornada completa de Trabalho Docente que corresponde a 40 (quarenta) horas semanais (2 períodos) ou 25 (vinte e cinco) horas jornada parcial ( 1 período).

**Artigo 37** – Os cálculos de proventos para fins de aposentadoria dos integrantes da classe de suporte pedagógico são feitos em pelo mínimo dos últimos 60 (sessenta) meses imediatamente anterior a aposentadoria.

**Artigo 38** – Aos integrantes da classe de docente, afastados para exercer funções da classe de suporte pedagógico, terão seus proventos calculados no nível que se encontra como docente, sendo que a diferença será calculada como carga suplementar como dispõe o § 2º do artigo 41 desta lei.

**Artigo 39** - O docente ocupante de função atividade que exerce as funções da classe de suporte pedagógico, terá seus proventos calculados na conformidade de 1/60 avos para cada mês de trabalho, calculados nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores a aposentadoria como carga horária no nível correspondente como docente na forma indicado no anexo III desta lei.

# **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

## **SEÇÃO IV**

### **DA CARGA SUPLEMENTAR DE TRABALHO E DA CARGA REDUZIDA DE TRABALHO.**

**Artigo 40** – Os docentes sujeitos às jornadas de trabalho previstas no artigo 28, poderão exercer carga suplementar de trabalho docente.

**Artigo 41** – Entende-se por carga suplementar de trabalho docente o número de horas prestadas pelo docente, além daquelas fixadas para a jornada de trabalho a que estiver sujeito:

§ 1º - As horas prestadas a título de carga suplementar são constituídas de horas em atividades com alunos e horas de trabalho pedagógico;

§ 2º - O número de horas semanais correspondentes a carga suplementar de trabalho não excederá à diferença entre 40 (quarenta) e o número de horas previstas para a jornada de trabalho a que estiver sujeito o docente.

**Artigo 42** – Nos casos em que as horas-aula em atividades com alunos cumpridas pelo servidor admitido nos termos do artigo 22 desta lei, for inferior ao fixado para jornada parcial de trabalho docente, configurar-se-á carga reduzida de trabalho:

**Parágrafo único** – Para o cálculo das horas de trabalho pedagógico das aulas atribuídas nos termos deste artigo, observar-se-á o Anexo II desta lei.

## **Seção V**

### **Da Hora de Trabalho Pedagógico**

**Artigo 43** – As horas de trabalho pedagógico na escola deverão ser utilizadas para reuniões e outras atividades pedagógicas e de estudos, de caráter coletivo, organizadas pelo estabelecimento de ensino, bem como para atendimento a pais de alunos.

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Artigo 44** – As horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha pelo docente destinam-se à preparação de aulas e à avaliação de trabalhos dos alunos;

§ 1º- As horas de trabalho pedagógico são atribuídas conforme o número de aulas em atividades com os alunos, de acordo com o anexo II desta lei e serão cumpridas na escola, em conjunto com seus pares em horário constante da proposta pedagógica da escola e organizadas pela própria unidade escolar.

§ 2º - O DEC poderá convocar docentes para participar de reuniões, palestras, cursos, estudos e outras atividades de interesse da educação, e as ausências à convocação caracterizarão faltas correspondentes ao período para o qual foram convocados.

§ 3º - O docente afastado para exercer atividades de suporte pedagógico não fará jus às horas atividade.

## **CAPÍTULO VII DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO E SUA REMUNERAÇÃO**

### **SEÇÃO I**

#### **DA CARREIRA**

**Artigo 45** – A carreira do Quadro do Magistério do Município de Parapuã permitirá movimentação vertical e horizontal dos profissionais de educação e será constituída de classes de docentes distribuídos pelos níveis: I, II, III e IV do anexo III desta Lei.

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Artigo 46** – Todos os integrantes do Quadro do Magistério serão enquadrados em seus níveis de carreira, de acordo com o valor de seus respectivos salários base, após a aprovação da presente Lei.

### **SEÇÃO II**

#### **DA PROGRESSÃO FUNCIONAL**

**Artigo 47** – A progressão funcional é a passagem do integrante do cargo ou função do magistério para a classe superior a que pertença, mediante avaliação de indicadores de crescimento da sua capacidade profissional e se dará nas seguintes modalidades:

**I** – Pela via acadêmica, considerando o fator habilitações acadêmicas obtidas em grau superior de ensino, ou;

**II** – Pela via não acadêmica, considerando os fatores relacionados à atualização, aperfeiçoamento profissional e produção de trabalhos na respectiva área de atuação.

**Artigo 48** – A progressão funcional por via acadêmica se dará com a apresentação pelo integrante do magistério de documentação referente aos títulos de :

**I** – Habilitação em curso de licenciatura plena, mediante comprovante e requerimento do interessado, sendo retribuído até um nível, sem ultrapassar o nível final da classe;

**II** – Curso de pós-graduação, em nível de mestrado ou doutorado, mediante comprovante e requerimento do interessado, sendo retribuído até um nível, sem ultrapassar o nível final da classe.

**Parágrafo único** – Fica assegurado ao docente titular de cargo ou ocupante de função-atividade em exercício, o enquadramento automático



## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

em nível correspondente à sua titulação mediante a apresentação de diploma ou certificado de curso de grau superior de ensino, de graduação correspondente a licenciatura plena e/ou apresentação de certificado de conclusão de curso de mestrado ou doutorado.

**Artigo 49** – A progressão funcional por via não acadêmica se efetivará através da conjugação dos seguintes critérios:

**I** – Cursos de atualização, aperfeiçoamento e produção profissional;

§ 1º- Consideram-se cursos de atualização e aperfeiçoamento no respectivo campo de atuação, todos aqueles de duração igual ou superior a 30(trinta) horas realizados e/ou devidamente homologados por Órgão Público Oficial de Educação, conforme legislação pertinente, aos quais serão atribuídos pontos de acordo com sua natureza,

§ 2º - Consideram-se produção profissional as produções individuais, realizadas pelo profissional do magistério, em seu campo de atuação, as quais serão atribuídos pontos de acordo com suas especificidades,

§ 3º - Os cursos e a produção profissional previstas neste artigo serão considerados uma única vez, vedada a sua acumulação,

**II** – Interstício de tempo: o docente ou profissional de educação de suporte pedagógico serão enquadrados em nível imediatamente superior àquele em que se encontram, após 06(seis) anos de permanência no mesmo;

§ 1º - Interromper-se-á o interstício a que se refere o item anterior todo e qualquer afastamento, por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias,

§ 2º - Será sempre computado para fins do cumprimento do item anterior, o tempo de efetivo exercício do profissional do magistério, considerando-se apenas os afastamentos constitucionais.

**Artigo 50** – Critérios para pontuar os cursos de atualização e aperfeiçoamento, e a produção profissional:

§ 1º - A atribuição de pontos por via acadêmica nos termos do inciso I do artigo 48 obedecerá aos seguintes critérios:

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

a) ao portador da habilitação em curso de licenciatura específica do campo de atuação – até 10 (dez) pontos;

b) ao portador de habilitação em curso de licenciatura não específica do campo de atuação – até 5 (cinco) pontos;

§ 2º - A atribuição de pontos por via acadêmica nos termos do inciso II do artigo 48 obedecerá aos seguintes critérios:

a) ao integrante do Quadro do Magistério quando portador do título de mestre – até 15 (quinze) pontos;

b) ao integrante do Quadro do Magistério quando portador do título de Doutor – até 20 (vinte) pontos.

§ 3º - Será vedada a atribuição cumulativa de pontos a que se referem as alíneas a e b dos parágrafos 1º e 2º do artigo 50.

§ 4º - A atribuição de pontos por via não acadêmica, nos termos do inciso II do artigo 47 obedecerá aos seguintes critérios:

I – Quando se tratar de cursos de aperfeiçoamento ou especialização com duração mínima de 180 (cento e oitenta) horas – até 04(quatro) pontos.

II – Quando se tratar de cursos de extensão ou capacitação docente, com duração de 30 horas – até 1.0 (um ponto).

III – Quando se tratar de participação em simpósios, palestras ou conferências, relativo a educação, totalizando no máximo 20 (vinte) horas, até meio ponto.

§ 5º - Para fins de atribuição de pontos previstos neste parágrafo, só serão considerados os cursos conforme dispõe:

a) Do inciso I – a partir de 1998.

b) Do inciso II – a partir de 1997.

c) Do inciso III – a partir de 1997, reconhecidos por órgãos que compõe a Estrutura Básica da Secretaria de Estado da Educação ou pelo setor Municipal de Educação.

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

§ 6º - Feita a apuração dos títulos, os pontos atribuídos serão consignados sob a denominação de pontos-progressão.

§ 7º - A cada 10 (dez) pontos-progressão atribuídos nos termos deste artigo, deverá ocorrer o enquadramento do docente ou especialista de educação no nível imediatamente superior aquele em que os mesmos se encontrarem.

§ 8º - Os cursos previstos no inciso II do artigo 48 deverão ser credenciados pelo Conselho Federal de Educação.

§ 9º - Cessará a atribuição de pontos de que trata o “caput”, quando o integrante do Quadro do Magistério atingir o nível final da classe a que pertence.

**Artigo 51** – Cessarão os efeitos dos pontos atribuídos a título de progressão funcional previstos nos incisos I e II do artigo 48, e alíneas “a e b” do artigo 50, conforme o caso, se o docente ou profissional de educação de suporte pedagógico vierem a ocupar cargo ou preencha função-atividade em outro setor municipal, bem como nos casos de afastamento fora do âmbito do setor de educação.

### **SEÇÃO III**

#### **DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**

**Artigo 52** – O DEC, no cumprimento do disposto nos artigos 67 e 87 da Lei Federal nº 9.394/96, empenhar-se-á para implementar programas de desenvolvimento profissional dos docentes em exercício, com programas de capacitação, aperfeiçoamento, atualização, no serviço.

§ 1º - Os programas de que trata o “caput” deste artigo poderão ser desenvolvidos em parcerias com instituições que mantenham atividades na área de educação.

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

§ 2º - Deverão os programas levar em consideração as prioridades das áreas curriculares, a situação funcional dos professores e a utilização de metodologias diversificadas, inclusive as que utilizam recursos de educação à distância.

### **SEÇÃO IV**

#### **DOS VENCIMENTOS**

**Artigo 53** - A retribuição pecuniária dos servidores abrangidos por esta lei compreende vencimentos ou salários e vantagens pecuniárias, na forma da legislação vigente.

**Artigo 54** – Os valores dos vencimentos e salários dos servidores são fixados na Escala de Vencimentos – Classes Docentes EV–CD e na Escala de Vencimentos – Classes de Suporte Pedagógico EV-CSP, constantes dos Anexos III e IV, desta lei, na seguinte conformidade:

##### **I – Anexo III;**

**a)** Escala de Vencimentos-faixa I – Classes Docentes EVI–CD, aplicável às classes de professor Educação Infantil e Ensino Supletivo I,

**b)** Escala de Vencimentos-faixa II – Classes Docentes EVII-CD, aplicável às classes de professor do Ensino Fundamental e Educação Especial,

**II –Anexo IV-** Escala de Vencimentos – Classes Suporte Pedagógico EV-CSP, aplicável às classes de Diretor de Escola e Diretor do Departamento Educação e Cultura.

§ 1º - Cada classe de docente é composta de 4 (quatro) níveis de vencimentos, e cada classe de suporte pedagógico, de 3 (três) níveis de vencimentos, correspondendo o primeiro nível ao vencimento inicial das classes e os demais à progressão horizontal decorrente de progressão Funcional prevista nesta lei.

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

§ 2º - O Diretor do Departamento Municipal de Educação e Cultura, terá seus vencimentos equiparado aos demais diretores de Departamento Municipal, que serão regulamentados, pela Emenda 19 da Constituição Federal.

§ 3º - Os valores fixados no Anexo III e Anexo IV, serão refeitos sempre que se julgar necessário com base nos recursos financeiros aplicados em educação nos termos da Lei federal 9424/96.

**Artigo 55** – As vantagens pecuniárias a que se refere o artigo 53 desta lei, são as seguintes:

I – Adicional por tempo de serviço, após cada período de cinco anos de efetivo exercício no serviço público municipal, calculado na razão de cinco por cento (5%) sobre o vencimento do servidor, que se incorporará para todos os efeitos, calculado sobre o valor do vencimento ou salário do cargo ou função-atividade, não podendo ser computado ou acumulado para fins de concessão de acréscimo ulteriores, sob o mesmo título, conforme disposição do artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal de 1988, alterado pela Emenda Constitucional nº 19/98.

II – Sexta parte dos vencimentos integrais, aos vinte anos de serviço de efetivo exercício no serviço público municipal, calculada sobre a importância resultante da soma do vencimento ou salário de que trata o artigo 54 desta lei e do adicional de tempo de serviço previsto no inciso anterior;

**Parágrafo único** - O adicional por tempo de serviço e a vantagem da sexta parte dos vencimentos integrais incidirão sobre o valor correspondente à carga suplementar de trabalho.

**Artigo 56** – Além das vantagens pecuniárias previstas no artigo anterior, os funcionários e servidores abrangidos por esta lei fazem jus a:

- I – Décimo terceiro salário;
- II – Salário família;
- III – Ajuda de custo;
- IV – Diárias;

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

V – Gratificação e outras vantagens pecuniárias previstas em lei.

**Artigo 57** – A retribuição pecuniária do titular de cargo, por hora prestada a título de carga suplementar de trabalho docente, ou do ocupante de função-atividade, por hora de carga horária, corresponderá a 1/120 (um cento e vinte avos ) do valor fixado para jornada parcial de trabalho docente da EVI-CD ou 1/150 (um cento e cinquenta avos) do valor fixado para a jornada integral de trabalho docente da EVII-CD, de acordo com o nível em que estiver enquadrado o servidor:

**Parágrafo único** – Para efeito do cálculo da retribuição mensal, o mês será considerado como de 5 (cinco) semanas.

**Artigo 58** – Quando houver resíduos no fundo referente aos 60% (sessenta por cento) destinados a remuneração dos profissionais do Magistério ( Artigo 7º da Lei nº 9424/96), haverá repasse aos docentes que atuam no ensino fundamental, em forma de redistribuição, conforme regulamentação:

**Artigo 59** – Não será permitido incorporação de quaisquer gratificação por funções ou outros, aos vencimentos dos integrantes do Quadro do Magistério.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DOS DEVERES E DIREITOS DO MAGISTÉRIO**

#### **SEÇÃO I**

#### **DOS DEVERES**

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Artigo 60** – Cumpre, ainda, aos membros da Carreira do Magistério Municipal, no desempenho de suas atividades:

**I** – preservar os princípios, os ideais e os fins da Educação Brasileira, através do seu desempenho profissional ;

**II** – empenhar-se na educação integral do aluno, inculcando-lhe o espírito de solidariedade humana, de justiça e cooperação, o respeito às autoridades constituídas e o amor à Pátria;

**III** – respeitar a integridade do aluno;

**IV** - desempenhar atribuições e funções e cargos específicos do magistério com eficiência, zelo e presteza;

**V** – manter o espírito de cooperação com a equipe da escola e a comunidade em geral, visando a construção de uma sociedade democrática;

**VI** – conhecer e respeitar as leis;

**VII** – participar do Conselho de Escola e ou APM;

**VIII** – manter o DEC informado do desenvolvimento do processo educacional, expondo suas críticas e apresentando sugestões para a sua melhoria;

**IX** – buscar o seu constante aperfeiçoamento profissional através de participação em cursos, reuniões, seminários, sem prejuízo de suas funções;

**X** – cumprir as ordens superiores e comunicar ao DEC, de imediato, todas as irregularidades de que tiver conhecimento no local de trabalho;

**XI** – respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com a eficácia de seu aprendizado;

**XII** – zelar pela defesa dos direitos profissionais e pela reputação dos educadores;

**XIII** – participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares;

**XIV** – tratar de maneira igual a todos os alunos, pais, funcionários e servidores do Quadro do Magistério;

**XV** – tomar parte de todas as atividades inerentes e correlatadas ao processo de ensino e aprendizagem;

**XVI** – impedir toda e qualquer manifestação de preconceito social, racial, religioso e ideológico.

# **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Parágrafo único** – Constitui falta grave impedir que o aluno participe das atividades escolares em razão de qualquer carência material.

## **SEÇÃO II**

### **DOS DIREITOS**

**Artigo 61** – Os direitos dos integrantes do Quadro do Magistério, respeitados os demais, consistem em:

**I** – possuir ao seu alcance informações educacionais, bibliográficas e outros recursos para a melhoria do desempenho profissional e ampliação de seus conhecimentos;

**II** – obter assegurada, mediante prévia consulta e autorização do DEC, a oportunidade de freqüentar cursos de capacitação e treinamento que visem à melhoria de seu desempenho e aprimoramento eficiente do processo educacional;

**III** – participar das deliberações que afetam a vida e as funções da unidade escolar e o desenvolvimento eficiente do processo educacional;

**IV** – contar com um sistema permanente de orientação e assistência que estimule e contribua para um melhor desempenho de suas atribuições;

**V** – dispor de condições de trabalho que permitam dedicação às suas tarefas profissionais e propiciem a eficiência e eficácia do ensino;

**VI** – igualdade de tratamento no plano técnico-pedagógico, independente do regime jurídico a que estiver sujeito;

**VII** – reunir-se na unidade escolar para tratar de assuntos da categoria e da educação em geral, sem prejuízo das atividades escolares, desde que o DEC esteja informado;

**VIII** – liberdade de escolha e de utilização de materiais, de procedimentos didáticos e de instrumentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem, dentro dos princípios psico-pedagógicos, objetivando alicerçar o respeito à pessoa humana e a construção do bem comum, sem comprometer a linha pedagógica adotada;

**IX** – receber remuneração de acordo com a classe, nível de habilitação, tempo de serviço e regime de trabalho, conforme o estabelecido por esta lei;



# **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

X – gozo de férias anuais de acordo com o calendário escolar.

## **CAPÍTULO IX**

### **DOS AFASTAMENTOS**

**Artigo 62** – O docente poderá ser afastado do exercício do cargo ou função, respeitado o interesse da Administração Municipal para:

**I** – prover cargos em comissão de profissionais de educação e suporte pedagógico;

**II** – substituir ou exercer atividades de ocupante de cargo ou função, desde que da mesma classe, classificado em qualquer unidade escolar do Município de Parapuã, em situação de adido;

**III** – afastar-se para tratar de assunto particular, sem direito de vencimento e demais vantagens do cargo, por 2 (dois) anos, após dois anos de efetivo exercício:

**§1º** - O docente afastado poderá retornar ao seu cargo de origem por manifestação pessoal ou a critério da administração;

**§2º** - Todos os docentes afastados deverão ter classes e/ou aulas atribuídas anualmente.

**IV** – exercer:

**a)** atividades inerentes ou correlatas ao Magistério em cargos ou funções previstas no Departamento de Educação e Cultura;

**b)** junto a entidades conveniadas com DEC, sem prejuízos de vencimentos e das demais vantagens do cargo, atividades inerentes ao Magistério;

**Parágrafo único** – Consideram-se atribuições:

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**I** - inerentes às do Magistério, aquelas que são próprias do cargo e da função docente do Quadro do Magistério;

**II** – correlatas às do Magistério, aquelas relacionadas com a docência em outras modalidades de ensino, bem como as de natureza técnica, relativas ao desenvolvimento de estudos, planejamento, pesquisas, supervisão, e orientação em currículos, administração escolar, orientação educacional, capacitação de docentes, apoio técnico pedagógico, assessoramento e assistência técnica exercidas em unidades e/ou órgãos da educação do município.

**Artigo 63** – Os afastamentos referidos no artigo anterior serão concedidos sem prejuízo de vencimentos e das demais vantagens do cargo ou função, devendo o docente substituto cumprir o regime de trabalho semanal do titular, salvo o previsto no inciso III do artigo 62.

**Artigo 64** – Não haverá incorporação de vencimentos quando o docente ocupar cargo em comissão, voltando a perceber o salário de seu cargo quando deixar de exercer a função em comissão.

**Artigo 65** - Os afastamentos para outros órgãos ou funções fora da Rede Municipal de Ensino e no próprio DEC serão concedidos com prejuízos de vencimentos e demais vantagens do cargo.

**Parágrafo único** - Os afastamentos tratados no “caput ” deste artigo, poderão ser concedidos sem prejuízo de vencimentos e com prejuízo das demais vantagens do cargo, se pagos com recursos acima dos 25% ( vinte e cinco por cento ) dos impostos aplicados em Educação, caso em que o Executivo Municipal deverá justificar a decisão.

## **CAPÍTULO X**

### **DAS SUBSTITUIÇÕES**

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Artigo 66** – Observados os requisitos legais, haverá substituição durante o impedimento legal e temporário dos docentes e profissionais de educação de suporte pedagógico do Quadro do Magistério.

§ 1º – A substituição poderá ser exercida por ocupante de cargo da mesma classe de docentes, classificado em qualquer unidade escolar do Município de Parapuã, para o qual é habilitado;

§ 2º – O ocupante de cargo do Quadro do Magistério poderá, também, exercer cargo vago da mesma classe, nas mesmas condições do parágrafo anterior;

§ 3º – Na inexistência de professor titular de cargo, a substituição poderá ser exercida por docente classificado em escala de substituição elaborada pelo DEC, nos termos da legislação vigente observada a qualificação mínima estabelecida no artigo 18 da presente Lei.

**Artigo 67** – Para os cargos de provimento em comissão, haverá substituição nos afastamentos estabelecidos na legislação vigente.

**Artigo 68** – As funções consideradas como postos de trabalho comportarão substituição nos afastamentos legais, por período igual ou superior a 30 (trinta ) dias.

**Artigo 69-** As substituições por período igual ou inferior a 15 (quinze) dias, sempre que possível serão efetuadas por docentes de cargos em provimento efetivo e, na inexistência destes, serão admitidos, em caráter eventual, ocupantes de função docente, como substitutos, recorrendo-se à escala de substituição elaborada pelo DEC.

§1º- O pagamento da substituição em caráter eventual será feito pelas horas-aula trabalhadas, sempre no nível inicial da classe do substituído;

§2º - O docente ocupante de cargo ou função atividade, poderá trabalhar eventualmente em período distinto da classe ou aula atribuída, sem exceder o limite máximo de horas-aula conforme §2º do art. 41.

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Artigo 70** – As substituições não deverão ultrapassar o ano letivo para o qual foi elaborada a escala de substituição e serão sempre por período determinado.

**Artigo 71** – Para o cumprimento do estabelecido neste capítulo, consideram-se afastamentos legais, os previstos na Constituição Federal.

### **CAPÍTULO XI**

#### **DA REMOÇÃO**

**Artigo 72** – A remoção dos integrantes de cargos do Magistério processar-se-á por concursos de títulos, na forma que dispuser o regulamento.

**Artigo 73** – O concurso de remoção sempre deverá preceder o de ingresso para provimento de cargos de Carreira do Magistério e somente poderão ser oferecidas em concurso de ingresso as vagas remanescentes do concurso de remoção.

**Artigo 74** – A contagem de pontos para efeito de participação em concurso de remoção será efetuada considerando tempo de efetivo exercício no Magistério Público Municipal de Parapuã, e títulos.

### **CAPÍTULO XII**

#### **DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E OU AULAS**

**Artigo 75** – Para fins de atribuição de classes ou aulas, os docentes do mesmo campo de atuação das classes e das aulas a serem atribuídas serão classificados, observadas a seguinte ordem de preferência:

- I** – Quanto a situação funcional;
- 1** – Faixa 1:-

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**a)** os titulares de cargos providos mediante concurso de provas de títulos, correspondentes aos componentes curriculares das aulas ou classes a serem atribuídas,

**b)** os titulares de cargos destinados, na forma da legislação específica, correspondente aos componentes curriculares das aulas ou classes a serem atribuídas,

### **2- Faixa 2:-**

**a)** os servidores estáveis que se refere o artigo 19 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 05/10/88, correspondente aos componentes curriculares das aulas ou classes a serem atribuídas conforme regulamento,

**b)** os servidores ocupantes de função atividade, correspondentes aos componentes curriculares das aulas ou classes a serem atribuídas conforme regulamento,

### **II – Quanto a habilitação;**

**a)** a específica do cargo ou função-atividade,

**b)** a não-específica,

### **III – Quanto ao tempo de serviço;**

**a)** - os que contarem maior tempo de serviço na unidade escolar como docentes no campo de atuação referente a aulas e/ou classes a serem atribuídas,

**b)** os que contarem maior tempo de serviço no cargo ou função-atividade como docentes no campo de atuação referente a aulas e/ou classes a serem atribuídas,

**c)** os que contarem maior tempo de serviço no Magistério Público Oficial do Município, em função docente, no campo de atuação referente a aulas e/ou classes a serem atribuídas,

### **IV – Quanto aos títulos;**

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

a) certificado de aprovação em concurso público de provas e títulos, específico dos componentes curriculares correspondentes às aulas e/ou classes atribuídas,

b) diplomas de Mestre e Doutor, correspondentes ao campo de atuação relativo às aulas e/ou classes a serem atribuídas,

c) cursos de especialização e extensão universitária correspondentes ao campo de atuação relativos às aulas e/ou classes a serem atribuídas,

d) cursos de pequena duração ministrados e/ou devidamente homologados por Órgão Público Oficial, conforme legislação pertinente, correspondente às aulas e/ou classes atribuídas,

§ 1º - A primeira fase de atribuição, para os inscritos em cada faixa, dar-se-á na unidade escolar em que estão classificados os cargos ou as funções-atividade,

§ 2º - Na segunda fase de atribuição, correspondente a cada faixa, a ser realizada a nível de município, concorrerão os docentes que já participaram da primeira fase, observado o disposto nos incisos I, II, III e IV deste artigo,

§ 3º - Somente após esgotadas a possibilidade de atribuição das aulas para as quais estiver prioritariamente classificado poderá o docente pleitear aulas de outros componentes curriculares, observada sempre a habilitação exigida,

§ 4º - O Departamento de Educação e Cultura do Município expedirá normas complementares necessárias ao cumprimento deste artigo, estabelecendo, inclusive, as ponderações quanto ao tempo de serviço.

## **CAPITULO XIII**

### **DA VACÂNCIA DE CARGOS E FUNÇÕES - ATIVIDADES**

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Artigo 76** - A vacância de cargos e de funções – atividades do Quadro do Magistério ocorrerá nas seguintes hipóteses;

- I- Em virtude de aposentadoria;
- II- Falecimento;
- III- A pedido;
  - a) Do interessado
  - b) Da administração.

**Artigo 77** – Haverá dispensa do servidor:

- I- Quando for provido o cargo;
- II- Quando de reassunção do titular de cargo;
- III- Alteração de carga horária
- IV- Agrupamento ou supressão de classes.

### **CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**Artigo 78** – O departamento pessoal da Prefeitura, com colaboração do DEC, apostilará os títulos e fará as devidas anotações nos prontuários dos profissionais de educação abrangidos por esta lei.

**Artigo 79-** Aplicam-se subsidiariamente aos integrantes do Quadro do Magistério, naquilo que com o presente não conflitar as disposições da legislação municipal vigente.

**Artigo 80** – Fica o poder executivo autorizado a baixar os atos regulamentares necessários a execução da presente lei.

**Artigo 81** – As classes chamadas vinculadas que funcionam em outro estabelecimento serão dirigidas pelo profissional de educação de suporte pedagógico, a que estejam vinculadas.

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Artigo 82** – As escolas de educação infantil não comportam cargo de Diretor de Escola, sendo coordenadas por um professor –coordenador designado, quando possuir 6 (seis) classes ou mais.

**Artigo 83** – Consideram-se efetivamente as horas-aula e/ou horas de trabalho pedagógico que o docente deixar de prestar por motivos de férias escolares, suspensão de aulas por determinação superior, recesso escolar, e de outras ausências que a legislação considere como de efetivo exercício para todos os efeitos legais.

**Parágrafo Único-** As horas-aula e horas de trabalho pedagógico que o docente deixar de prestar, em virtude de licença concedida para tratamento de saúde, considerar-se-ão exercidas para fins de pagamento e, para os efeitos de incorporação aos cálculos dos proventos.

**Artigo 84** – O tempo de serviço dos docentes servidores será contado em dias corridos para todos os fins e efeitos legais.

**Artigo 85** – Os critérios, para fins de descontos da retribuição pecuniária pelo não comparecimento do docente à hora-aula, ou à hora de trabalho pedagógico, serão estabelecidas em regulamento.

**Artigo 86** – O Conselho de Escola, de natureza deliberativa eleito anualmente durante o primeiro mês letivo, presidido pelo Diretor de Escola, será composto por vinte elementos:

§1º - A composição que se refere o caput obedecerá a seguinte ordem;

**I** – 8 (oito) professores da U. E.,

**II** – 1 (um) representante da classe de apoio pedagógico,

**III** – 1 (um) representante da classe de funcionário,

**IV** – 5 (cinco) pais de alunos, não professores da U. E.,



## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

V – 5 (cinco) alunos,

§2º - Os componentes do Conselho de Escola serão escolhidos entre os seus pares, mediante processo eletivo;

§3º - Cada segmento representado no Conselho de Escola elegerá também 2 (dois) suplentes, que substituirão os membros efetivos em suas ausências e impedimentos;

§4º - Os representantes dos alunos terão sempre direito a voz e voto, salvo nos assuntos que, por força legal sejam restritos aos que estiverem no gozo da capacidade civil;

§5º - São atribuições do Conselho de Escola;

I – Deliberar sobre,

- a) diretrizes e metas da unidade escolar;
- b) alternativas de solução para os problemas de natureza administrativa e pedagógica,
- c) projetos de atendimentos psico-pedagógico e material ao aluno,
- d) programas especiais visando à integração de escola-família-comunidade,
- e) criação e regulamentação das instituições auxiliares da escola,
- f) prioridades para a aplicação de recursos da escola e das instituições auxiliares,
- g) a indicação, a ser feita pelo respectivo Diretor de Escola, do Vice-Diretor, quando este for oriundo de outra unidade escolar,
- h) as penalidades disciplinares a que estiverem sujeitos os funcionários, servidores e alunos da unidade escolar,

II – Elaborar o calendário e o regimento escolar, observadas as normas do Conselho Municipal de Educação e a legislação pertinente,

III – apreciar os relatórios anuais da escola, analisando seu desempenho em face das diretrizes e metas estabelecidas,

§6º - Nenhum dos membros do Conselho de Escola poderá acumular votos, não sendo também permitidos os votos por procuração;

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**§7º** - O Conselho de Escola deverá reunir-se ordinariamente, 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, por convocação do Diretor de Escola ou por proposta de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros;

**§8º** - As deliberações do Conselho constarão de ata que serão sempre tornadas públicas e adotadas por maioria simples, presente a maioria absoluta de seus membros.

**Artigo 87** – O docente incapacitado de exercer suas funções, por motivos de saúde, desde que comprovado por órgãos competentes, passará à condição de Readaptado, sendo aproveitado no exercícios de outras funções com atividades determinadas.

**Artigo 88** – O docente readaptado, que permanecer prestando serviços em entidades escolares, ficará sujeito à jornada de Trabalho Docente na qual estiver incluído.

**Artigo 89** – O docente readaptado, desde que devidamente habilitado, poderá ser nomeado ou esignado para exercer em jornada completa de Trabalho, o cargo ou a funções de Vice-Diretor, Diretor de Escola e professor-coordenador.

**Parágrafo Único** – A nomeação ou designação de que trata o “Caput” deste artigo condiciona-se a parecer prévio do órgão próprio de readaptação, quanto à capacidade do funcionário ou servidor para exercício das novas funções.

**Artigo 90** – O docente readaptado exercerá suas funções na unidade onde se achava em exercício por ocasião da readaptação ou em outra unidade ou órgão municipal, a critério da administração.

**Artigo 91** – Quando o número de titulares de cargos do Quadro do Magistério, classificados no município, for maior que o estabelecido para o mesmo pelas normas legais e regulamentares, os excedentes serão declarados adidos:

**§1º** - A identificação do docente excedente ocorrerá após o processo de atribuição de classes e/ou aulas, no município, ou em virtude de

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

reorganização da rede escolar, ocorrendo a supressão de classes e/ou aulas, observada a ordem de classificação utilizada para esse evento;

§2º - As funções dos profissionais do magistério que são declarados adidos, será estabelecida em regulamento.

**Artigo 92**– Todos os docentes, independentes da jornada ou carga horária, são contribuintes da Ampresp.

**Artigo 93** – As atribuições dos cargos, das funções atividades e dos postos de trabalhos dos integrantes do Quadro do Magistério serão fixadas em regulamento.

**Artigo 94** – Ficam criados, no Quadro do Magistério, os seguintes cargos:

- a) 08(oito) de professor de educação infantil;
- b) 15 (quinze) de professor do ensino fundamental.

**Artigo 95** – As despesas decorrentes da execução da presente lei serão atendidas por conta de dotações próprias consignadas no orçamento conforme as normas legais vigente, podendo ser suplementadas se for o caso.

**Artigo 96** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/01/1.999 e ficando expressamente revogadas as disposições em contrário.

## **DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Artigo 1º** - Os atuais integrantes do Quadro do Magistério terão o cargo ou função-atividade enquadrados de conformidade com o Anexo III ou IV desta lei.

**Parágrafo Único** – O integrante do Quadro do Magistério será enquadrado na faixa e nível correspondente, sem prejuízo de vencimentos, tendo o direito de nível superior caso seu salário seja melhor do que recebe ou com direito a

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

recebimento da diferença como vantagem pessoal, a ser absorvida pelos próximos reajustes no caso de o último nível não cobrir o salário ou vencimento atuais.

**Artigo 2º** - Os integrantes do Quadro do Magistério afastados de sua função ou cargo para exercer atividades não inerentes ao do Magistério, poderão continuar afastados, desde que faça sua opção por escrito.

**Parágrafo Único** – Os docentes afastados conforme previsto no “Caput” , terão seus salários ou vencimentos calculados no Nível I da EVI-CD do Anexo III.

**Artigo 3º** - O professor em exercício com cargo efetivo, que não tem habilitação mínima para o exercício da docência, conforme o previsto nos termos do artigo 62 da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1.996, terá um prazo de 8 (oito) anos a partir da promulgação da presente Lei para regularizar sua situação funcional.

**Parágrafo Único**- O não cumprimento pelo docente do previsto no “Caput” , incorrerá na sua dispensa do Quadro do Magistério.

**Artigo 4º** - O docente que se encontra afastado em funções correlatas ou inerentes cumprindo uma jornada menor do cargo do qual é efetivo poderá continuar no afastamento, desde que faça sua opção por escrito.

**Parágrafo Único** – Os docentes afastados conforme previsto no “Caput” , terão seus salários ou vencimentos calculados no Nível I da EVI-CD do Anexo III.

Prefeitura Municipal de Parapuã, 18 de fevereiro de 1999.

ANTONIO ALVES DA SILVA  
Prefeito Municipal  
Parapuã

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

Publicada e registrada em livro próprio na Chefia de Gabinete da Prefeitura Municipal de Parapuã, e afixada em lugar de costume na data supra.

NIVALDO ADRIANO  
RG 12.393.478 SP  
Chefe de Gabinete

# **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

## **ANEXO I**

A que se refere o artigo 10 da Lei nº 1.977 de 18/02/99

<b>DENOMINAÇÃO Classe de docente</b>	<b>FORMAS DE PROVIMENTO</b>	<b>REQUISITOS PARA O PROVIMENTO DO CARGO</b>
<b>Professor de Educação Infantil</b>	Concurso Público de Provas e Títulos – Nomeação	Ensino Médio, na Habilitação Específica para o Magistério, ou Licenciatura Plena em Pedagogia, com Habilitação Específica.
<b>Professor do Ensino Fundamental (1ª a 4ª)</b>	Concurso Público de Provas e Títulos – Nomeação	Ensino Médio, na Habilitação Específica para o Magistério, ou Licenciatura Plena em Pedagogia, com Habilitação Específica.
<b>Professor do Ensino Fundamental (5ª a 8ª)</b>	Concurso Público de Provas e Títulos – Nomeação e Acesso	Curso Superior, Licenciatura de graduação Plena, com habilitação específica em área própria ou formação superior correspondente e complementação nos termos da legislação vigente.
<b>Classe de Suporte Pedagógico</b>		
<b>Diretor de Escola</b>	Em Comissão – Nomeação	Licenciatura em Pedagogia com habilitação Administração Escolar ou Pós-graduação na área de Educação, e Ter no mínimo 5 (cinco) anos de experiência no Sistema do Ensino Público.
<b>Prof.-Coordenador de Educação Infantil, Pro.-Coordenador do Ensino Fundamental.</b>	Em Comissão – Nomeação	Licenciatura Plena em Pedagogia, ou Pós-graduação na área de Educação, e Ter no mínimo 3 (três) anos de experiência docente no Magistério Público.
<b>Diretor do Departamento Municipal de Educação e Cultura</b>	Em Comissão – Nomeação	Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Administração Escolar ou Pós-Graduação em Educação, nos termos do Artigo 64 da Lei Federal 9394, de 20 de dezembro de 1.996, e possuir no

## **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

		mínimo 10 (dez) anos de experiência no Magistério Público Municipal ou Estadual.
--	--	--

### **Anexo II**

A que se refere o artigo 31 da Lei nº 1.977 de 18/02/99

<b>Horas em Atividades com Alunos</b>	<b>Horas de Trabalho Pedagógico na Escola</b>	<b>Horas de Trabalhos Pedagógicos em local de Livre escolha Docente</b>
<b>33</b>	<b>03</b>	<b>04</b>
<b>28 a 32</b>	<b>03</b>	<b>03</b>
<b>23 a 27</b>	<b>02</b>	<b>03</b>
<b>18 a 22</b>	<b>02</b>	<b>03</b>
<b>13 a 17</b>	<b>02</b>	<b>01</b>
<b>08 a 12</b>	<b>02</b>	<b>-</b>

### **Anexo III**

A que se refere o artigo 54 da Lei nº 1.977 de 18/02/99

#### **ESCALA DE VENCIMENTOS – CLASSES DOCENTES**

<b>Faixa I – 25 horas semanais</b>				
<b>Nível</b>	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>
Valor	373,91			
<b>Faixa II – 30 horas semanais</b>				
<b>Nível</b>	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>
Valor	467,50			

# **LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**

## **Anexo IV**

A que se refere o artigo 54 da Lei nº 1.977 de 18/02/99

### **ESCALA DE VENCIMENTOS – SUPORTE PEDAGÓGICO**

<b>40 Horas semanais</b>			
<b>Nível</b>	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>
<b>Valor</b>	778,19		
<b>25 Horas semanais</b>			
<b>Nível</b>	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>
<b>Valor</b>	504,78		



**LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**  
**ANEXO III**

**FAIXA I**

<b>Nível</b>	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>
<b>VALOR</b>	<b>373,91</b>	<b>392,61</b>	<b>412,24</b>	<b>432,85</b>
<b>05 anos</b> (1º quinquênio)	392,61	412,24	432,85	454,49
<b>10 anos</b> (2º quinquênio)	411,30	431,87	453,46	476,13
<b>15 anos</b> (3º quinquênio)	430,00	451,50	474,08	497,78
<b>20 anos</b> (4º quinquênio + 6ª parte)	523,49	549,66	577,14	606,00
<b>25 anos</b> (5º quinquênio + 6ª parte)	545,30	570,57	601,20	631,26
<b>30 anos</b> (6º quinquênio + 6ª parte)	567,11	595,47	625,24	656,50

**FAIXA II**

<b>Nível</b>	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>
<b>VALOR</b>	<b>467,50</b>	<b>490,88</b>	<b>512,42</b>	<b>541,19</b>
<b>05 anos</b> (1º quinquênio)	490,88	515,42	541,19	568,25
<b>10 anos</b> (2º quinquênio)	514,25	539,95	566,96	595,31
<b>15 anos</b> (3º quinquênio)	537,63	564,51	592,74	622,38
<b>20 anos</b> (4º quinquênio + 6ª parte)	654,52	687,25	721,61	757,69
<b>25 anos</b> (5º quinquênio + 6ª parte)	681,80	715,89	751,68	789,26
<b>30 anos</b> (6º quinquênio + 6ª parte)	709,06	744,51	781,74	820,83

**LEI Nº 1.977 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.**